

A Revolta da Vacina



NICOLAU SEVCENKO

INTRODUÇÃO

Dizem que o amor faz grandes obras. O ódio também poderá fazê-las; mas, para isso, como no caso do amor, é preciso conter-se.

LIMA BARRETO, *Diário íntimo*

Nunca se contaram os mortos da Revolta da Vacina. Nem seria possível, pois muitos, como veremos, foram morrer bem longe do palco dos acontecimentos. Seriam inúmeros, centenas, milhares, mas é impossível avaliar quantos. A autoridade policial, como seria de se esperar, apresentou números sóbrios e precisos, na tentativa de reduzir uma autêntica rebelião social à caricatura de uma baderna urbana: fútil, atabalhoada, inconsequente. Os massacres porém não manifestam rigor com a precisão. Sabe-se quantos morreram em Canudos, no Contestado ou na Revolução Federalista – para só ficarmos nas grandes chacinas da Primeira República? A matança coletiva dirige-se, via de regra, contra um objeto unificado por algum padrão abstrato que retira a humanidade das vítimas: uma seita, uma comunidade peculiar, uma facção política, uma cultura, uma etnia. Personificando nesse grupo assim circunscrito todo o mal e toda a ameaça à ordem das coisas, os executores se representam a si mesmos como heróis redentores, cuja energia implacável esconjura a ameaça que pesa sobre o mundo. O preço a ser pago pela sua bravura é o peso do seu predomínio. A cor das bandeiras dos heróis é a mais variada, só o tom do sangue de suas vítimas permanece o mesmo ao longo da história.

A Revolta da Vacina, ocorrida num momento decisivo de transformação da sociedade brasileira, nos fornece uma visão particularmente esclarecedora de alguns elementos estruturais que preponderaram em nosso passado recente – repercutindo até mesmo nos dias atuais. A constituição de uma sociedade predominantemente urbanizada e de forte teor burguês no início da fase republicana, resultado do enquadramento do Brasil nos termos da nova ordem econômica mundial instaurada pela Revolução Científico-Tecnológica (por volta de 1870), foi acompanhada de movimentos convulsivos e crises traumáticas, cuja solução convergiu insistentemente para um sacrifício cruciante dos grupos populares. Envolvidos que estamos com as condições postas por essas transformações, pouco temos refletido sobre o seu custo social e humano. Minhas ponderações, por isso, voltam-se com alguma persistência para essa questão delicada e, reconheço, um tanto incômoda, porém imprescindível.

A insurreição de que trata este texto ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, no ano de 1904. Seu pretexto imediato foi a campanha de vacinação em massa contra a varíola, desencadeada por decisão da própria presidência da República. Os setores da oposição política, que desde longo tempo vinham articulando um golpe contra o

governo, aproveitaram-se das reações indignadas da população, a fim de abrir caminho para o seu intento furtivo. Essas oposições eram constituídas basicamente de dois agrupamentos. O primeiro, muito difuso, se compunha genericamente do núcleo de forças que ascenderam e se impuseram ao país durante a primeira fase do regime republicano, os governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto – sobretudo este último. Tratava-se primeiramente de jovens oficiais, formados nas escolas técnicas de preparação de cadetes, onde pontificavam as novas teorias científicas que propunham uma reorganização geral da sociedade. Essa reorganização se inspirava na teoria de Augusto Comte, o positivismo, o qual preconizava uma nova civilização industrial que, administrada por gerentes de empresas, se baseava numa legislação de proteção e assistência aos trabalhadores e era governada por uma ditadura militar.

Acompanhava esses jovens oficiais, base do movimento que culminou na proclamação da República, toda uma enorme gama de setores sociais urbanos, representada por trabalhadores do serviço público, funcionários do Estado, profissionais autônomos, pequenos empresários, bacheleiros desempregados e pela vasta multidão de locatários de imóveis, arruinados e desesperados, que viam o discurso estatizante, nacionalista, trabalhista e xenófobo dos cadetes como sua tábua de salvação. Esse grupo era genericamente denominado de *jacobinos* (indicando sobretudo grupos de civis) ou *florianistas* (referindo-se principalmente aos setores militares), ou ainda de *republicanos vermelhos* ou *radicais*. O outro agrupamento dos conspiradores era formado por monarquistas depostos pelo novo regime.

Como veremos, essas oposições se revelariam incapazes de compreender as dimensões mais abrangentes e de caráter mais radicalmente contestador encontradas nos movimentos da massa popular que iriam desencadear a Revolta da Vacina e se constituiriam numa das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos subalternos do país contra a exploração, a discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidos pela administração pública nessa fase da nossa história.

Opotei por iniciar esta reflexão diretamente com uma descrição pormenorizada do cotidiano da revolta, a agitação dos participantes e o fragor dos confrontos entre as partes envolvidas. É a vibração mais epidérmica do movimento, o estudo de sua amplitude, seu fluxo e refluxo que dominam, portanto, as páginas iniciais deste texto. Tento expor em seguida, nos capítulos “Conjunturas sombrias: angústia” e “O processo de segregação: agonia”, as causas mais profundas da insurreição e o seu significado particular no contexto de mudanças que envolviam e metamorfoseavam a sociedade brasileira, representada nesse caso pelo exemplo expressivo de sua capital federal. A última parte visa apreciar no episódio dramático dessa revolta algumas características fundamentais da estrutura social da Primeira República (1889-1930). Espero que não se estranhe o tom emotivo que eventualmente reponta em alguns momentos deste trabalho: ele é autêntico e intencional. Nem eu saberia tratar de outro modo a dor de seres humanos palpitantes, cheios de vida, angústias e esperanças.

Por fim, gostaria de dedicar este pequeno trabalho à memória dos mártires involuntários da favela de Vila Socó, em Cubatão (SP) – que, sob a omissão dos poderes

públicos, foi sendo encharcada de dejetos químicos inflamáveis provenientes de tanques industriais próximos, incendiou-se e foi consumida em instantes numa noite de fevereiro de 1984 –, para que não nos esqueçamos jamais deles e para que nos disponhamos a avaliar melhor o futuro, do qual eles foram tão cruelmente privados.

1. O MOTIM POPULAR: ÍMPETO

[...] enquanto a vacinação não for rigorosamente levada a cabo por ordem policial do mesmo modo que o batismo o é pela Igreja, fica o país exposto ao perigo de repentinas e quase irresistíveis epidemias progressivas de varíola e ao despovoamento.

SPIX E MARTIUS, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*

O fator imediatamente deflagrador da Revolta da Vacina foi a publicação, no dia 9 de novembro de 1904, do plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola. O projeto de lei que instituiu a obrigatoriedade da vacinação tinha sido apresentado cerca de quatro meses antes ao Congresso, pelo senador alagoano Manuel José Duarte. Desde então se desencadeou um debate exaltado, que transpôs a esfera do Legislativo, para empolgar com fervor as páginas da imprensa e a população da capital federal. A medida era de interesse do governo, que não só dispunha de ampla maioria no Congresso como lançou todos os seus organismos técnicos e burocráticos em sua defesa. A pequena oposição parlamentar, a imprensa não governista e a população da cidade, por outro lado, procuravam resistir obstinadamente à implantação do decreto.

O argumento do governo era de que a vacinação era de inegável e imprescindível interesse para a saúde pública. E não havia como duvidar dessa afirmação, visto existirem inúmeros focos endêmicos da varíola no Brasil, o maior deles justamente na cidade do Rio de Janeiro. Esse mesmo ano de 1904 atestou um amplo surto epidêmico: até o mês de junho haviam sido contabilizados oficialmente mais de 1 800 casos de internações no Hospital de Isolamento São Sebastião, no Distrito Federal, e o total anual de óbitos devidos à varíola seria de 4 201. A medida, além do mais – insistiam as fontes do governo –, fora adotada com pleno sucesso na Alemanha em 1875, na Itália em 1888 e na França, em 1902; por que não o seria no Brasil, onde a incidência da moléstia era muito mais grave? Por isso, chamando-a de “humana lei”, o governo assume a responsabilidade de implantar a medida em caráter obrigatório no país, pretendendo assim conciliar “os altos e importantes interesses da saúde pública, que é a saúde do povo, com as garantias que as leis e a Constituição liberalizam a quantos habitam a nossa pátria”, nas palavras do ministro da Justiça e do Interior, José Joaquim Seabra.

Os interlocutores da oposição, enraivecidos, respondiam ao governo que, no caso da lei brasileira, os métodos de execução do decreto de vacinação eram truculentos, os soros e sobretudo os aplicadores pouco confiáveis, e os funcionários, enfermeiros, fiscais e policiais encarregados da campanha manifestavam instintos brutais e moralidade discutível. Os maus exemplos dados pelos métodos de extinção da febre amarela vinham da campanha anterior,

e toda a população já os conhecia. Os opositores diziam ainda mais: se o governo acreditava plenamente nas qualidades e na necessidade da vacina, então que deixasse a cada consciência a liberdade de decidir pela sua aplicação, podendo, até mesmo, escolher as condições que melhor lhe conviessem para recebê-la. Obstavam, enfim, não contra a vacina, cuja utilidade reconheciam, mas contra as condições da sua aplicação e acima de tudo contra o caráter compulsório da lei.

Tomemos como exemplo algumas vozes exaltadas da oposição, para avaliarmos os argumentos e a paixão que arrebataram os ânimos nesse confronto político. O médico Soares Rodrigues, de grande prestígio na capital, protestava contra os métodos violentos previstos numa lei que “arranca os filhos de suas mães, estas de seus filhos, para lançá-los nos horíveis hospitais; que devassa a propriedade alheia com interdições, desinfecções etc.”. Lauro Sodré, senador pelo Distrito Federal, ex-militar, positivista e líder maçom, que viria a se tornar uma das figuras centrais desse episódio revolucionário, alertava para a feição despótica da lei de vacinação obrigatória: “uma lei arbitrária, iníqua e monstruosa, que valia pela violação do mais secreto de todos os direitos, o da liberdade de consciência”. O deputado Barbosa Lima, de origem igualmente militar e positivista, gozava de enorme prestígio no Rio de Janeiro, tanto pela sua preocupação com a legislação social de proteção às camadas populares e trabalhadoras quanto por seus prodigiosos dotes de orador. Também ele se dirigia à oposição e lembrava o horror de uma sociedade de moral extremamente recatada – lembremos que os braços de Capitu, segundo Machado de Assis, foram proibidos, pelo marido, de serem exibidos nus em público – de ver suas mulheres, mães, irmãs, filhas, tias, avós terem expostas e manipuladas por estranhos partes íntimas do corpo, cuja simples menção em público vexava e constrangia a todos: braços, coxas, nádegas. Bradava ele, com fúria, na Câmara dos Deputados: “lei obscena, lei... ignominiosa, pois só o médico da Saúde Pública tem competência para dizer se tal criatura mostra a cicatriz da vacina em membro inferior, dando-se-lhe assim ‘carta de corso’ para a mais infame pirataria, contra a qual todas as insurreições serão eternamente gloriosas”.

HONNI SOIT QUI MAL Y PENSE!



Zé Pora : — Cuidado ! Sr. Lauro ! Olhe que si o estbão caí, esmaga a seringa e os seringadores, como se esmaga um rato !

Lauro Sodré : — Tolo ! Dei xa cair ! Deixa esnagar : é a pedra que rôla da montanha...

Em 5 de novembro de 1904, foi criada a Liga contra a Vacina Obrigatória, como reação à medida aprovada em 31 de outubro. Uma dentre muitas que se disseminaram na imprensa carioca, a charge ao lado mostra o senador Lauro Sodré e o personagem popular “Zé Povinho” contra o sanitarista Oswaldo Cruz e o presidente Rodrigues Alves.

E o que é notável: mesmo um elemento conservador, culto e bem informado como Rui Barbosa, político de grande envergadura, respeitado pelo público e por seus pares, denotava enorme insegurança quanto às peculiaridades, à qualidade e aos métodos de aplicação da vacina antivariólica prevista pela lei: “Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue, de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte”.

E se Rui, representante da mais elevada e mais ilustre elite do país, se mostrava temeroso de se submeter a uma vacina, sobre a qual demonstrava saber apenas que continha em si o vírus da varíola, o que não se pode imaginar sobre os terrores equivalentes e ampliados pela menor informação, que se disseminaram entre as classes populares?

Para complicar as coisas, aumentando a tensão geral e exacerbando os ânimos, ocorreu um caso escuso que ganhou enorme, embora talvez imerecida, repercussão. Uma mulher morrera no mês de julho, pouco após ter recebido a vacina antivariólica, e o médico-legista atribuiu como causa do falecimento um estado de infecção generalizada (septicemia), decorrente da vacinação.

A oposição promoveu de imediato um enorme alarido na Câmara, os jornais vociferaram diatribes contra o governo, e a opinião pública robusteceu as suas suspeitas, causando um abalo decisivo na política sanitária oficial. O impacto foi tamanho que o dr. Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública, jovem de trinta anos de idade, responsável por toda a campanha de saneamento da capital e diretamente subordinado ao ministro da Justiça e do Interior, sentiu-se obrigado a intervir pessoalmente no caso. Reexaminou o cadáver, impugnou o atestado do médico-legista da polícia, declarando-o de má-fé, visto seu autor ser positivista e simpatizante da resistência à lei da vacina obrigatória. O episódio permaneceu obscuro, a causa do óbito tornou-se política e o calor das confrontações recrudescer, com ameaças e condenações de ambos os lados.

O resultado dessa campanha frenética de agitação contra a vacinação, em termos concretos, se fez logo sentir. Enquanto, no mês de julho, cerca de 23 021 pessoas haviam procurado os postos da Saúde Pública para ser vacinadas, no mês seguinte esse número caíra para 6 036. E isso em meio ao surto fortíssimo de varíola que devastava a capital.

O presidente Rodrigues Alves havia adotado como um dos principais itens da plataforma de seu governo o saneamento completo e a extinção das endemias da capital. Seu mandato já se aproximava da metade e a varíola dominava a cidade. Aproveitando-se da sua folgada maioria, o Executivo urgiu os debates parlamentares, a fim de que se pudesse

deflagrar o mais rápido possível a campanha de vacinação em massa. Durante dois meses e meio a oposição tentou obstruir de todas as formas o andamento do projeto, chegando a votar mais de cem emendas, com o propósito de postergar a sua aprovação para o ano seguinte e, assim, não só ganhar tempo como reforçar as resistências à medida. A maioria governista, entretanto, prevaleceu: a lei da vacina obrigatória foi votada em 31 de outubro e passou-se à sua regulamentação.

E foi justamente a regulamentação que desencadeou a revolta. Uma vez aprovada a lei pelo Congresso e pela Câmara dos Deputados, a definição das normas, métodos e recursos para a sua aplicação ficava a cargo do Departamento de Saúde Pública. Esse órgão federal estipularia o conjunto de procedimentos por meio de um decreto, que escapava, portanto, da deliberação do Legislativo e se tornava atribuição exclusiva da presidência da República. Logo, foi o próprio Oswaldo Cruz quem elaborou o regulamento, que não estava mais sujeito a discussões e deveria ser aplicado a toda a população incontinente. Um jornal do Rio, *A Notícia*, publicou na sequência um esboço do decreto elaborado por Oswaldo Cruz, e a partir de então o pânico e a indignação se disseminaram por toda a cidade.

Os termos eram extremamente rígidos, abrangendo desde recém-nascidos até idosos, impondo-lhes vacinações, exames e reexames, ameaçando-os com multas pesadas e demissões sumárias, limitando as oportunidades de recursos, defesas e omissões. O objetivo era uma campanha maciça, rápida, sem nenhum embaraço e fulminante: o mais amplo sucesso, no mais curto prazo. Não se cogitou da preparação psicológica da população, da qual só se exigia a submissão incondicional. Essa insensibilidade política e tecnocrática foi fatal para a lei da vacina obrigatória. Infelizmente, não só para ela.

Publicada a regulamentação, já no dia seguinte, 10 de novembro, as agitações se iniciavam com toda a fúria que as caracterizaria. Grandes ajuntamentos tomaram a rua do Ouvidor, a praça Tiradentes e o largo de São Francisco de Paula, onde oradores populares vociferavam contra a lei e o regulamento da vacina, instigando o povo à rebeldia. A polícia, informada e com determinações expressas de proibir e dispersar quaisquer reuniões públicas, tratou de prender os oradores improvisados, sofrendo a resistência da população, que a atacava a pedradas. Naquele momento, toda a Brigada Policial é posta de prontidão, e é enviado um contingente de grandes proporções para patrulhar ostensivamente a área central do Rio de Janeiro. As autoridades civis são alertadas e a força policial é orientada para agir prontamente e com desembaraço contra quaisquer ameaças à ordem pública e à rotina da cidade. A noite do dia 10 caiu sob uma atmosfera de tensão e insegurança, prenúncio dos horrores que estavam por vir.

No dia seguinte, as agitações foram catalisadas pelo único órgão coordenador que tentava dirigir a turbulência da população revoltada, a Liga contra a Vacina Obrigatória, fundada pouco antes, a 5 de novembro, sob a presidência de Lauro Sodré, no Centro das Classes Operárias. A ligação dos opositores com esse núcleo do trabalhismo carioca, constituído basicamente de operários marítimos, indica claramente a ambição política de Lauro Sodré, acompanhado de outros líderes de tendências trabalhistas, Barbosa Lima e Vicente de Sousa, de tentar forjar, em meio à rebelião espontânea da população, um

caminho para a sua aspiração pessoal e a de seus correligionários.



Sua importância para os amotinados provinha de a Liga significar, naquele momento de irresolução, um núcleo aglutinador de energias e decisões práticas. Os líderes da Liga perceberam isso com clareza e procuraram lançar temerariamente a multidão na ação insurrecional, por meio de discursos inflamados que pretendiam levar o movimento às últimas consequências. Mas, uma vez precipitada a avalanche, a Liga perderia completamente qualquer meio de controle sobre a revolta que ajudara a desencadear.

Logo na manhã do dia 11, a Liga contra a Vacina Obrigatória havia marcado um comício, a ser realizado no largo de São Francisco de Paula, desafiando a proibição policial. Como os líderes da Liga não compareceram, oradores populares começaram a se destacar na enorme multidão que enchia a praça, proferindo discursos improvisados que mantinham aquecidos os ânimos. As autoridades policiais recebem ordem de intervir. Assim que se aproxima, a força policial é alvo de vaia e provocações. Quando tenta realizar as prisões, começam as pedradas e confrontos. Diante da reação popular, é ordenada uma carga de cavalaria contra a multidão, de sabre em punho. Começam a cair os feridos, o sangue mancha o calçamento das ruas, o tumulto se generaliza. Tiros e pedradas, vindos da população acoitada, chovem sobre a brigada de policiais. O comércio, os bancos, bares, cafés e as repartições públicas fecham suas portas. Os grupos populares se

dispersam pelas ruas centrais: rua do Teatro, do Ouvidor, Sete de Setembro, praça Tiradentes.

O combate era intenso, em nenhum lugar a polícia conseguia assumir o controle da situação. Aproveitando-se das reformas então em curso para a abertura da avenida Passos e da avenida Central (atual avenida Rio Branco), os populares se armaram de pedras, paus, ferros, instrumentos e ferramentas contundentes e se atracaram com os guardas da polícia. Esta, por sua vez, se utilizava sobretudo de tropas de infantaria, armadas de carabinas curtas, e de piquetes de lanceiros da cavalaria. A população acuada se refugiava nas casas vazias que cercavam os locais em obras e se metia pelos becos estreitos, onde uma ação militar coordenada se tornava impossível. O barulho do combate era ensurdecedor, tiros, gritos, tropel de cavalos, vidros estilhaçados, correrias, vaías e gemidos. O número de feridos crescia de ambos os lados, e a cada momento chegavam novos contingentes de policiais e de amotinados ao cenário disperso da escaramuça.

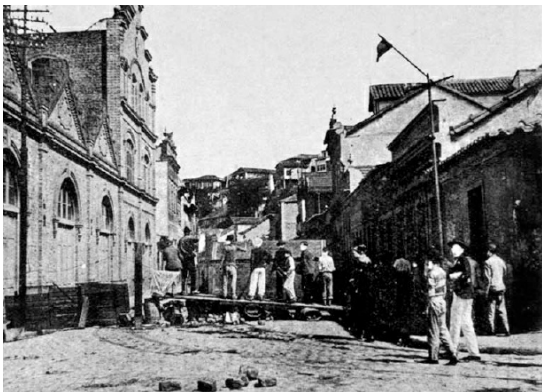
Por volta das oito horas da noite, a multidão – cerca de 3 mil pessoas – se aglutina na rua do Espírito Santo [atual rua Pedro II], no Centro das Classes Operárias, onde se realizava nova sessão da Liga contra a Vacina Obrigatória. Após uma série de discursos implacáveis, a massa compacta desfila pelas ruas centrais da cidade, gritando palavras de ordem, e se dirige ameaçadoramente para o Palácio do Catete, sede do governo da República. Batalhões de polícia fortemente armados são mandados para proteger a sede do governo e a residência do ministro da Justiça. O Exército é convocado para reforçar a guarda do palácio presidencial. As tropas são distribuídas em linha, ao longo de todo o perímetro do palácio e, armas nas mãos, aguardam a multidão. A vaga humana, turbulenta e ameaçadora, se acerca do Catete, para e passa a gritar máximas contra o governo, a vacina e a polícia.

Depois de algum tempo nessa atitude provocativa, a aglomeração toma novamente o sentido do Centro, retirando-se em bloco. Na altura do largo da Lapa, cruza com o carro do chefe de polícia, Cardoso de Castro, acompanhado de uma escolta de lanceiros. Provocações, insultos e tiros vindos da massa são respondidos com a carga dos lanceiros. O tiroteio se generaliza, os feridos tombam de ambos os lados, um civil cai morto. As notícias chegadas ao Palácio levam a um reforço das tropas da guarda, com contingentes da infantaria. Todas as cercanias do Catete são ocupadas militarmente. A multidão dispersada pelo confronto na Lapa passa a apedrejar os bondes e as lâmpadas de iluminação pública. A cidade começa a ser transformada em praça de guerra.

Na manhã seguinte, dia 12, ocorre novamente uma grande concentração popular convocada pela Liga contra a Vacina Obrigatória, na sede do Centro das Classes Operárias. Lauro Sodré e Barbosa Lima tentam garantir para si a liderança do movimento popular, atribuindo sentido político-parlamentar à insurreição. A manifestação seria, do ponto de vista desses líderes, um sinal de esgotamento dos programas político e econômico conservadores dos presidentes paulistas – Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves – e marcaria um momento de reação em que a população estaria a exigir o retorno do republicanismo fêrvido, de tipo ditatorial, contra os barões do café e os credores estrangeiros, representado pela linha do florianismo, do trabalhismo e da aliança com a

jovem oficialidade militar. Era como a liderança da Liga pretendia usufruir dos tumultos para a realização de seu próprio projeto político. Ia, entretanto, uma enorme distância entre essa linguagem partidária, facciosa, e o drama que a população vivia. Para os amotinados, não se tratava de selecionar líderes ou plataformas, mas, mais crucialmente, de lutar por um mínimo de respeito à sua condição de seres humanos. Desde então, a atuação da Liga diminuiu significativamente no seio do movimento, que tende a tomar um curso dispersivo e espontâneo.

Nos três dias seguintes, a rebelião ganharia um vigor inimaginável, prorrompendo a legião dos amotinados numa fúria incontida contra praticamente todos os veículos que se achavam nas ruas centrais da cidade, destruindo todas as lâmpadas da iluminação pública, arrancando os calçamentos das ruas, onde eram erguidas verdadeiras redes de barricadas e trincheiras interligadas, assaltando delegacias e repartições públicas, redistribuindo armas, querosene e dinamite roubados da polícia ou das casas de comércio, mas não raras vezes presenteados pelos pequenos lojistas, que colaboravam ativamente com o movimento. As autoridades perderam completamente o controle da região central e dos bairros periféricos, como a Saúde e a Gamboa, densamente habitados por grupos populares. As tropas eram sumariamente expulsas dessas áreas, por mais que as assultassem armadas até os dentes e em perfeita ordem-unida. Os becos, as demolições, as casas abandonadas, a topografia acidentada da cidade, tudo propiciava aos insurretos a oportunidade de mil armadilhas, refúgios e tocaias.



Barricada no bairro da Gamboa

O governo, submerso no caos da desordem, lançou mão de todos os recursos imediatamente disponíveis para a repressão. Como a força policial não dava conta da situação, passou a solicitar todos os reforços possíveis das tropas do Exército e da Marinha. Não foi suficiente. Precisou chamar unidades do Exército acantonadas em regiões limítrofes: fluminenses, mineiras e paulistas. Ainda assim não bastou. Teve de armar toda a corporação dos bombeiros e investi-la na refrega. Mas a resistência era tanta que precisou apelar para recursos ainda mais extremados: determinou o bombardeio de bairros e regiões costeiras por suas embarcações de guerra. Finalmente convocou a Guarda Nacional. Só pelo concerto inusitado dessa espantosa massa de forças repressivas, pôde o governo, aos poucos e com extrema dificuldade, sufocar a insurreição.

Para se ter uma imagem mais viva e mais concreta dessas agitações, tomemos o testemunho de Sertório de Castro, jornalista encarregado de cobrir os tumultos para o *Jornal do Comércio*, órgão conservador e pró-governista do Rio de Janeiro. A citação talvez seja um pouco longa, mas consegue recriar a atmosfera de tensão, o impacto da força inesperada do motim e a tragédia profunda das violências, com o viço de uma testemunha participante.

MAS OS TUMULTOS INICIAVAM-SE AINDA MAIS CEDO, E COM UM caráter ainda mais alarmante; naquele dia de repouso, domingo, dia 12, às 14 horas, estava literalmente tomada, pela multidão exaltada, a praça Tiradentes. Em vão, tentavam as autoridades e as patrulhas convencê-la de que deveria dispersar. É que estava anunciada para aquela hora, no gabinete do ministro da Justiça, uma reunião da comissão incumbida de assentar nas bases o regulamento da vacina obrigatória. Crescia o movimento de minuto a minuto, temendo-se acontecimentos graves. Vinha nessa ocasião da rua do Lavradio, num carro aberto ladeado pelo comandante da Brigada Policial, o chefe de polícia. Escoltava o veículo um piquete de cavalaria, e contornava a praça quando, ao passar em frente à Maison Moderne, rompeu intensa assuada. O carro começou a ser apedrejado. Cardoso de Castro, desassombradamente, de pé no veículo, ordenou, num gesto resolutivo e enérgico, que o piquete carregasse. Os soldados, de lança em riste, avançaram contra a multidão. Outra força postada no lado oposto recebeu ordem idêntica. Trava-se então uma luta veemente, sibilando balas, cortando os ares pedras e toda a espécie de projetis.

Novos reforços acudiam tumultuosamente, entrando na refrega. A praça foi evacuada. Mas o que ali se desenrolava era uma cena de franca revolução. O povo reagia ferozmente a tiros e pedradas, fugindo, recuando, avançando de novo, caindo feridos, tombando mortos. Todas as entradas de ruas que desembocavam na praça foram ocupadas pela força. A praça estava sitiada, vendo-se no centro apenas os pequenos grupos de autoridades. As janelas dos sobrados estavam cheias de curiosos.

De uma das janelas da Secretaria da Justiça o general Piragibe dava ordens à força. A multidão fora se refugiar na rua do Sacramento, onde havia casas em ruínas, montões de madeiras e de pedras, início das obras da futura avenida Passos. Do Restaurante Criterium e de quase todas as casas daquele trecho, onde avultavam as proporções da luta, eram desfechados tiros e arremessados garrafas, pratos, copos, calhaus e pedaços de madeira, sobre a força em constantes movimentos. Compacta, fremente, a multidão iaava o governo, a polícia, aclamando o Exército. O chefe de polícia ordenou que a força avançasse para desalojar os amotinados daquela via pública, onde já se erguiam trincheiras e barricadas. Rompeu a cavalaria a galope, descarregando clavinotes, espaldeirando quantos fúgitivos alcançava. Descargas cerradas atroavam os ares, tombando vítimas sem conta. Um menino caía morto na calçada do Tesouro [antigo prédio do Tesouro Nacional, que abrigava o Ministério da Fazenda].

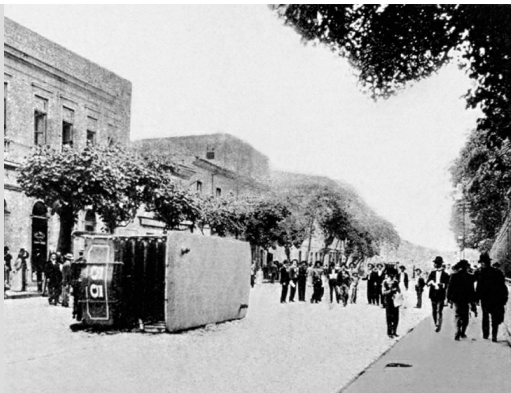
Toda a rua estava cheia de manchas de sangue. Por trás de um montão de paralelepípedos e madeiras um grupo resistia em prodígios de coragem, tornando-se invencível a barreira que encontrava a força no trecho compreendido entre as ruas do Hospício [atual rua Buenos Aires] e Marechal Floriano Peixoto [atual avenida Marechal Floriano]. Os combustores da iluminação pública, as vidraças do Tesouro e de outras casas eram espatifados a pedradas. Os bondes eram virados, arrebetados e incendiados uns, atravessados outros ao longo da rua para servirem de trincheiras. Outros veículos – carroças, tálburis, carros de praça – aumentavam as barricadas. Generalizava-se o tumulto, reproduzindo-se as mesmas cenas em quase todas as ruas centrais, como em vários bairros. Ouviam-se em toda a parte descargas atroadoras. No largo de São Francisco, nas ruas dos Andradas, [do] Teatro, Sete de Setembro e [da] Assembleia, ardiam fogueiras simultâneas, alimentadas pelos bondes sobre os quais eram esvaziadas latas de querosene. Caía tragicamente a noite. Dos sobrados da rua de São Jorge [atual rua Gonçalves Ledo] – estreita e sem campo para a liberdade de movimentos da força – armas certeiras despejavam tiros sobre esta. O general Piragibe desceu nessa ocasião – seis horas (dia 13) – da Secretaria de Justiça, e postando-se à frente de uma força de infantaria e cavalaria, ordenou-lhe que avançasse contra aquela via pública. Descarregando suas armas à meia-luz crepuscular, avançavam os soldados debaixo de uma chuva de balas.

O terrível reduto foi, afinal, abandonado pelos amotinados. Simultaneamente, travava-se um vivo tiroteio na rua Senhor dos Passos, quando grupos alucinados, munidos de ferros e paus, quebravam, um a um, os combustores da iluminação pública. Às 6h10, saía de seu quartel central o Corpo de Bombeiros para extinguir outras fogueiras alimentadas pelos bondes assaltados. Meia hora depois, toda a Brigada Policial estava empenhada na ação, impotente para conter o motim. Saíam para a rua, a fim de auxiliá-la, as primeiras forças do Exército. Os mortos permaneciam onde tombavam, sendo a custo removidos os feridos dos dois campos. Desembarcava daí a pouco no pátio do Arsenal o Corpo de Marinheiros Nacionais. Às 7h30 estava a cidade completamente às escuras. No meio da treva, travavam-se lutas sangrentas, entre

a força e a turba, no largo da Carioca e na rua [atual avenida] Treze de Maio. Todos os bondes que ali haviam chegado até aquela hora, tinham sido virados e incendiados. Na praça Onze de Junho ardiam cinco desses veículos ao mesmo tempo. Todas as comunicações com o centro estavam cortadas, tendo sido suspenso o tráfego de todas as linhas de bonde e dos carros e tûlburis de praça. A Companhia do Gás, no Manguê [atual avenida Presidente Vargas], era atacada. As linhas telefônicas haviam sido cortadas, ficando as autoridades impedidas de transmitir e receber ordens e instruções. E ao som dessa polifonia feita de estrépito de patas de cavalos no calçamento, gritos, imprecações e gemidos, retinir de espadas e entrechoque de armas, ao clarão das descargas e dos incêndios, passou a noite, chegou a madrugada.

Na segunda-feira seguinte – 14 de novembro – reencetava-se o mesmo trágico espetáculo, com o mesmo cortejo de episódios, antes do meio-dia. Dir-se-ia que os combatentes de um e outro lado haviam eliminado a noite, feita para o repouso. Desde cedo estavam convulsionados a praça Onze de Junho e todo o bairro da Cidade Nova. Todas as ruas centrais apresentavam os aspectos de um campo de batalha, cobertas de destroços: postes virados, paralelepípedos revolvidos, restos de bondes quebrados e incendiados, vidros espatifados, latas, madeiras. Os poucos combustores que restavam de pé iam sendo destruídos. Não trafegava um único veículo em toda a cidade. Do alto de uma casa da esquina da rua do Hospício com a do Regente [atual rua Regente Feijó] a figura sinistra de um preto ceifava os soldados a tiros certos, até que dali derribou uma bala de carabina que lhe varou o crânio. Contingentes do Exército saíam a cada momento do quartel-general para dispersar grupos de amotinados na praça da República e ruas circunvizinhas. Por toda a parte gritos, tiros, correrias. As delegacias de polícia, como as de saúde, eram atacadas e invadidas em todas as zonas conflagradas, sem que a força pública pudesse impedir essas cenas vandálicas.

Uma circular do chefe de polícia, divulgada naquela manhã, convidava a população a desocupar as ruas, pois iam ser empregadas medidas do máximo rigor na repressão ao tumulto generalizado. O famoso bairro da Saúde, convertido num reduto inexpugnável, começava a tornar-se lendário. Sob um tufão de balas havia sido assaltada pela manhã a delegacia policial ali existente. As casas do bairro eram tomadas à força aos seus habitantes, para se converterem em pequenas fortalezas de onde os contingentes militares eram impiedosamente hostilizados. Uma força de infantaria da Marinha comandada pelo capitão de fragata Marques da Rocha não havia podido chegar à praça da Harmonia [atual praça Cel. Assunção, que, antes das reformas do porto, era fronteira ao mar], na tentativa que fez com esse objetivo. As barricadas ali construídas de carroças, bondes, colchões, sacos de areia, pedras, trilhos arrancados do solo, postes de iluminação e fios de arame, haviam-na repellido.



[...] Prosseguia desenfreada, em todos os pontos da cidade, a luta entre o povo e a força.

A rua do Regente, cheia de casas velhas, estava interceptada por barricadas feitas de montões de areia, veículos arrebitados, pedras e postes de iluminação. Também ali penetrou a cavalaria, travando com os defensores do terrível reduto um sangrento combate. Os mortos e os feridos eram amontoados dentro das casas em ruínas. As casas de armas haviam sido saqueadas. O necrotério cheio de cadáveres. Fábricas, as estações das barcas e da estrada de ferro, eram rudemente atacadas, ficando os vidros de todas as janelas reduzidos a estilhaços. A Câmara dos Deputados, o Senado, os telégrafos, os gasômetros, os bancos, os correios, a Alfândega, estavam guardados por poderosos contingentes de força da Marinha. Durante toda a noite haviam permanecido abertos e iluminados, com todo seu pessoal a postos, o palácio do governo, as secretarias, os gabinetes de ministros. No campo de Marte [atual praça Noronha Santos], na defesa do gasômetro central, travou-se um renhido embate entre os amotinados e um grupo de duzentos guardas-civis, tombando mortos e feridos. Os carros da empresa funerária viam-se impedidos de sair para recolher os cadáveres, temendo os assaltos que sofriam indistintamente todos os veículos. Para realizarem o triste serviço, era cada um escoltado por numerosos contingentes de cavalaria. À noite, uma força de cavalaria comandada pelo tenente-coronel Ribeiro da Costa ia à rua Frei Caneca proceder a um perigoso reconhecimento. À chegada da barca de Petrópolis, um grupo de mais de 2 mil pessoas atacava a estação da Prainha quebrando

Nesse mesmo dia, ocorreria ainda outro fato alarmante, que contribuiria para aumentar a sensação geral de desordem e colocar o governo em polvorosa: uma sedição militar. Não que o governo tivesse sido tomado de surpresa. Havia mais de um ano, desde pelo menos outubro de 1903, a polícia já pressentia o conluio conspiratório de elementos da oposição com grupos militares. Desde então, seguia minuciosamente os passos dos principais envolvidos, o senador e ex-tenente-coronel Lauro Sodré e o deputado Alfredo Varela, mantendo-se vigilante e informada sobre os movimentos, os nomes, as proporções e os objetivos dos inconfidentes. O que ocorreu, contudo, é que tanto a polícia quanto os próprios sediciosos submergiram estupefatos à intensidade imprevisível da revolta popular. Ambos foram atrapalhados pelo motim: a polícia, porque se dispersou de suas investigações persistentes, e os conspiradores, porque perderam as condições de controle e de previsibilidade indispensáveis para garantir o concerto e o sucesso dos movimentos coordenados que lhes permitiriam a tomada do poder.

O projeto de assalto ao poder estava sendo encabeçado pelos jacobinos e florianistas, mas ironicamente era financiado às ocultas pelos monarquistas, que haviam sido excluídos da política republicana e eram representados sobretudo pelo visconde de Ouro Preto, por Andrade Figueira, Cândido de Oliveira e Afonso Celso. Varela era o principal elemento de ligação entre os dois grupos, e o seu jornal, *O Comércio do Brasil*, ultra-agressivo e financiado pelos monarquistas, era o principal órgão de agitação do grupo conspirador. Os monarquistas, incentivando o conluio e mantendo a agitação antigovernamental na imprensa, esperavam herdar o poder como os únicos elementos capazes de restaurar a ordem, uma vez estabelecido o caos pelo confronto entre as duas facções republicanas. Jogaram, por isso, tanta lenha quanto puderam na fogueira da agitação popular.

O golpe militar estava previsto originalmente para ocorrer no dia 15 de novembro. Por duas razões decisivas. Primeiramente, porque os insurretos pretendiam dar início a “uma nova República”, fiel à inspiração original de seus fundadores positivistas, em particular Benjamin Constant e seus alunos, que formavam a oficialidade jovem da Escola Militar do Brasil, na praia Vermelha. O 15 de novembro, data simbólica da primeira vitória desse grupo, marcaria agora o renascimento daquele espírito perdido e conspurcado pela politicagem grosseira dos civis, com a elite paulista à frente. A segunda razão, e concretamente a mais importante: nesse dia deveria haver os desfiles militares comemorativos da data cívica, e como caberia ao general Silvestre Travassos, um dos líderes da trama, o comando das tropas em parada, ele as incitaria à rebeldia, recebendo a adesão entusiástica dos oficiais já mancomunados, impondo assim a anuência dos vacilantes e desarmando os refratários. Mas a mazorca popular veio comprometer irremediavelmente o plano: os desfiles foram suspensos.

Os militares e políticos conjurados reúnem-se, às pressas então, no dia 14, no Clube Militar, para deliberar sobre o curso a ser dado ao movimento diante das novas

circunstâncias. Estavam presentes os generais Silvestre Travassos, Olímpio da Silveira, o ex-tenente-coronel Lauro Sodré, o major Agostinho Raimundo Gomes de Castro e o capitão Antônio Augusto de Moraes. Decidem aproveitar-se do momento turbulento que mantinha ocupadas as atenções do governo e tolhidas quase que todas as suas forças, para sublevar a mocidade das escolas militares e com elas marchar em direção ao Catete depondo, então, o presidente e instaurando um novo regime, conforme o modelo da ditadura militar preconizado pelos positivistas. Atribuiu-se, assim, ao major Gomes de Castro o encargo de assumir o comando da Escola de Tática do Realengo, que seria depois entregue ao general Marciano de Magalhães, e encarregou-se simultaneamente o general Travassos de levantar a Escola Militar do Brasil.



Escola Militar da Praia Vermelha

O resultado dessas missões foi canhestro. Gomes de Castro foi preso, ao tentar sublevar os cadetes da Escola do Realengo, pelo próprio comandante da instituição, o general Hermes da Fonseca. Já o general Travassos, em companhia de Lauro Sodré e Alfredo Varela, consegue depor o general Macedo Costallat, comandante da Escola da Praia Vermelha, e obtém o apoio dos alunos, cerca de trezentos, para o seu projeto de marchar sobre o Catete. Apercebem-se entretanto de que o arsenal da Escola dispõe de muito pouca munição. Tentam, então, entrar em contato com outras unidades para conseguir armas, munição e reforços, mas são malsucedidos. Dispõem-se, finalmente, a marchar assim mesmo para o palácio presidencial. Haviam, porém, perdido muito tempo nessas manobras

indecisas. Tomada a Escola às 18h30, somente às 23h iniciaram sua ofensiva. O governo, já informado de tudo, reforçou de todas as formas que pôde a sua sede administrativa.

Os incidentes que se seguiram foram tão confusos como tudo o que se passava na cidade àquela altura. O governo enviou uma força de infantaria comandada pelo general de brigada Antônio Carlos da Silva Piragibe para dar o primeiro combate à coluna que vinha da praia Vermelha. A tropa rebelde, informada da vinda do adversário, parou na rua da Passagem à sua espera. A noite era escura e chuvosa, as lâmpadas dos postes estavam todas apagadas, não havia condição alguma de visibilidade. Aproximando-se do local e ouvindo o tropel de um vigia avançando, o general Piragibe deu-lhe ordem de fazer alto, o cavaleiro retrocedeu às pressas e o oficial ordenou então que a tropa disparasse. Os alunos responderam ao fogo, seguindo-se um rápido mas intenso tiroteio às escuras, que deixou inúmeros mortos e feridos de ambos os lados. Em pouco tempo, as tropas governistas debandaram e os cadetes estavam dispersos. O general Travassos e o tenente-coronel Lauro haviam sido gravemente feridos; aquele mortalmente. Os alunos retrocederam à Escola da Praia Vermelha, onde passaram a noite sob o fogo dos canhões do encouraçado *Deodoro* e das metralhadoras das lanchas torpedeiras da Marinha, depondo as armas na manhã seguinte. Estava fracassada a sedição militar.

As notícias sobre o que havia acontecido na rua da Passagem chegaram incertas e alarmantes no gabinete presidencial. Os oficiais que retornaram relatavam vaga e desordenadamente o que puderam perceber em meio à confusão total em que o tiroteio se transformara. O encontro com o inimigo, a troca de tiros, a debandada das forças, a escuridão, a incerteza dos resultados. Temendo que, em virtude da fuga das tropas leais, os revoltosos continuassem sua marcha para o Catete, recebendo adesões de outras tropas, os responsáveis pelo governo, todos reunidos no palácio, viveram ali os seus piores momentos. Chegaram a sugerir a fuga de Rodrigues Alves, que seria conduzido para uma embarcação da Marinha de Guerra, pondo-se a salvo no mar. O presidente resistiu ao convite e passou a comandar pessoalmente a defesa da sede do governo. Reforçaram-se ainda mais as tropas à volta do palácio, cavaram-se trincheiras, fortificadas com arame farpado e sacos de areia. Esperava-se o pior; a batalha decisiva era iminente. No dia seguinte, se as notícias traziam ao governo enorme alívio no que dizia respeito ao lado militar, redobram as preocupações quanto às proporções que assumia o motim popular.

Retomemos ainda desta vez a narrativa espontânea, e impregnada de uma ansiedade sensível, com que o repórter do *Jornal do Comércio* documentava os eventos que se sucediam céleres e imprevisíveis:

NAQUELA MESMA MADRUGADA EM QUE SE CONSUMAVA POR FORMA tão desastrosa o motim da praia Vermelha, já se reiniciavam, com dobrada violência, os choques sangrentos entre a turba agitada e os contingentes da força policial e do Exército que por toda a parte se moviam em operações arriscadas. O tropel da cavalaria em cargas violentas e o fragor dos tiroteios iam-se tornando familiares ao

ouvido. O mesmo espetáculo desolador do sangue correndo, tombando seguidamente mortos e feridos. A força, que tentava aproximar-se dos vários redutos, recuava com frequência sob saraivadas de projetis de toda a natureza: balas, garrafas, latas vazias, pedras, pedaços de pau. Naquele dia uma nova arma entrava em ação, para aumentar ainda mais o terror dominante: começavam a explodir bombas de dinamite em vários pontos da cidade.

Na Gávea, o numeroso operariado das fábricas de tecidos entrava a participar ativamente do motim, entregando-se à prática de toda a sorte de depredações. Era uma conflagração geral. No centro urbano as casas comerciais indefesas eram assaltadas. Na praça da República ocorria um encontro de formidáveis proporções entre povo e tropa. Estivadores e fogueiras declaravam-se em parede [em greve].

O bairro da Saúde parecia intangível, a partir da entrada da rua Camerino. As autoridades civis e militares realizavam reuniões frequentes em que se concertavam planos de ataque àquela posição inexpugnável.

A cidade havia sido dividida em três zonas militares, para maior eficácia do policiamento: a primeira, compreendendo todo o litoral, estava entregue à Marinha, sendo à noite batida pela luz intensa dos holofotes, para que melhor pudessem ser dispersados os agrupamentos que ali se formassem; abrangia a segunda as ruas Haddock Lobo, Frei Caneca, praça Tiradentes, ruas do Sacramento e Barão de São Félix, e estava a cargo da Brigada Policial; sob a guarda do Exército achava-se a terceira, que se estendia pela rua Marechal Floriano Peixoto, praça da República, Estrada de Ferro São Cristóvão e Vila Isabel [isto é, Companhias de Bondes São Cristóvão e Vila Isabel].

Naquele mesmo dia dava o presidente conta ao Congresso das graves ocorrências, declarando em sua mensagem que eram geralmente considerados autores do movimento subversivo, que visava entregar o poder a uma ditadura militar, o senador Lauro Sodré e os deputados Alfredo Varela e Barbosa Lima. Em poucas horas estava votado e sancionado o projeto que estabelecia o estado de sítio por trinta dias no Distrito Federal e na Comarca de Niterói.

Na quarta-feira, dia 16, reproduziam-se os tumultos, renovando-se os tiroteios, as cargas, as correrias, num ambiente de intranquilidade geral.

Para o bairro da Saúde convergia todo o interesse das autoridades. Havia sido projetado, para a noite, um ataque geral ao formidável reduto a que haviam dado a denominação de Porto Arthur,^[2] formado por trincheiras de mais de um metro de altura, feitas com sacos de areia, trilhos arrancados às linhas de bondes, veículos virados, paralelepípedos, fios de arame, troncos de árvores, madeiras das casas em demolição. Seus defensores armados de carabinas e revólveres, bem providos de munição e bombas de dinamite, ali permaneciam numa constante ameaça. Os morros do Livramento e [da] Mortona haviam sido igualmente fortificados pelos amotinados, que dominavam todo o bairro. Retiravam livremente das casas comerciais tudo que precisavam, tudo quanto desejavam. Uma força de infantaria do Exército comandada

pelo alferes Jovino Marques, avançando até a rua da Imperatriz [Camerino], havia conseguido destruir a primeira trincheira. Dali por diante começavam os postos avançados dos amotinados, que haviam se organizado militarmente. Em Porto Arthur soavam cornetas transmitindo ordens. O calçamento de todo o bairro havia sido revolvido a picareta. Árvores, postes telegráficos e de iluminação, ralos de sarjetas haviam sido arrancados. Dentro das casas comerciais grupos comiam e bebiam fartamente. O leito das ruas estava coberto de montões de garrafas, colchões, esteiras, latas e restos de objetos incendiados. Nos morros, canos cheios de dinamite formavam estranhas baterias. No largo do Depósito [atual praça dos Estivadores], aonde já chegavam as forças em seu avanço, travava-se um tremendo tiroteio. Numerosos mortos e feridos. Notabilizou-se pela sua bravura um negro de porte e musculatura de atleta – Prata Preta. Era o chefe da sedição no bairro. Preso, foi conduzido, juntamente com outros companheiros de aventura, numa dupla fila de 150 soldados de baionetas caladas, abrindo a coluna dez de cavalaria, e fechando-a outros dez. Atravessaram as ruas debaixo do intenso interesse de uma enorme multidão. O bairro fora atacado por mar e por terra, tendo tomado posição para bombardeá-lo o encouraçado *Deodoro*. Cooperando com a força naval, marchou sobre a praça da Harmonia o 7º. batalhão de infantaria.



Charge da época retrata Horácio José da Silva, o *Prata Preta*, um dos líderes da resistência popular no morro da Saúde. Estivador e jogador de capoeira, atividade então proibida por lei, ele lutou até os últimos dias da Revolta da Vacina e, segundo a imprensa da época, foram necessários cinco homens da polícia e do Exército para prendê-lo. Não se sabe que destino teve.

No mesmo dia 16 o governo assume uma iniciativa sensata: revoga a obrigatoriedade da vacina antivariólica. Dada a repressão sistemática e extinta a causa deflagrada, o movimento refluí, então, até a completa extinção, tão naturalmente quanto irrompera. O levante militar, por sua vez, teve repercussão na Bahia, onde uma guarnição sublevoou-se, sendo porém prontamente neutralizada, e no Recife, onde a agitação da imprensa favorável à revolta provocou algumas passeatas inócuas pela cidade. O governo tinha então as mãos livres para desencadear o seu furor repressivo. Os militares acusados da insurreição foram detidos e aprisionados; a Escola da Praia Vermelha foi fechada e seus alunos exilados para regiões de fronteira e em seguida desligados do Exército; os líderes civis foram encarcerados e processados por tribunais militares; os populares, perseguidos e presos aos magotes.

A cidade ressurge da revolta irreconhecível. Calçamentos revolvidos, casas ruidas, janelas

estilhaçadas, portas arrombadas, trilhos arrancados, restos de bondes, carros e carroças calcinados nas ruas, crateras de dinamite e petardos, ruínas de prédios incendiados, lâmpadas quebradas, postes, bancas, relógios e estátuas arrancadas, trincheiras improvisadas dos mais variados materiais, barreiras de arame farpado, perfurações de bala por toda parte, manchas de sangue, cavalos mortos, cinzas fumegantes. Um número incalculado de mortos e feridos, perdas e danos materiais inestimáveis, uma atmosfera geral de terror que se faria sentir até dois anos mais tarde. Um memorialista considerou este como “o levante popular, o mais indomável de que já fora palco a capital da República”. Pode-se imaginar que somente o receio popular para com a vacina e a inabilidade do governo desencadearam isso tudo? É crível que somente a apreensão de uns e a estupidez de outros geraram por si tamanha catástrofe? Não seria o mesmo que presumir que é o secreto desígnio dos deuses, ou a incompetência dos aprendizes de feiteiro, que provoca as erupções vulcânicas? Tratemos de olhar mais fundo, para os estratos inferiores, não para o Olimpo.

[1] Do largo da Prainha, atual praça Mauá, saíam barcas para o Porto de Mauá, ponto inicial da antiga estrada de ferro para Petrópolis.

[2] Porto Arthur era uma pequena cidade na península chinesa de Kwantung, em posição estratégica para o controle do mar da China e, portanto, para os interesses geopolíticos do império russo. Nesse local, em 27 de janeiro de 1904, por terra e mar, grande parte da esquadra russa do Pacífico foi atacada de surpresa e destruída pelos japoneses, evento que deu início à guerra russo-japonesa (1904-5).